



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

3ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo
Sala dos Ministros, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Brasília, 9 de outubro de 2025, 14:30

Participantes

MMA

João Paulo Capobianco → Titular

André Lima → Suplente

Casa Civil

Adriano Santhiago de Oliveira → Suplente

LIGABOM

Aluísio Metelo → Titular

MCTI

Andrea Brito Latgé → Titular

CNPCT

Beatriz Marques de Lima → Titular

Domingos Barbosa Ferreira → Suplente

MJSP

Camila Pintarelli → Suplente

ABEMA – DF

Carolina Schubart → Suplente

CONAMA

César Victor → Suplente

Juliana Gatti → Titular

RNBV

Gabriel Chaskelmann → Suplente

Rafael Gava → Titular

ICMBio

Mauro Oliveira Pires → Titular



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

ABEMA

Quelyson Souza de Lima (AC) → Titular

José Volnei Bisognin (PR) → Suplente

Rafael Freire de Souza (RJ) → Titular

Rodrigo Belo (MG) → Suplente

CONTAG

Raul Zoche → Titular

CNA

Rodrigo Justus → Suplente

ANAMMA

Marçal Cavalcanti → Titular

Rogério Menezes → Titular

MD (Ministério da Defesa)

Rafael Pinto Costa → Suplente

MPI (Ministério dos Povos Indígenas)

Maria da Conceição Feitosa → Titular

Visitantes

Suiá Rocha – Casa Civil

Flávia Saltini Leite – Ibama

Mariana Senra – Ibama

João Paulo Morita – ICMBio

Maurício Marcon – ICMBio

José Bisinoti Neto – MDR

Raphael Freire – ABEMA – RJ

Laura Perdigão – MD (Ministério da Defesa)



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Equipe SECD/MM

João Paulo Sotero

Maurício Pompeo

Jazette Renata Weckeverth

Christian Berlinck

Luciana Machado

Giselly Soares Pontes

1. Abertura

Cumprimentando os presentes, o Presidente do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo – COMIF, Sr. João Paulo Capobianco, informou que naquela data comemorava-se um ano da instalação do COMIF e parabenizou o significativo trabalho realizado até ali, o qual contava com sete plenárias e importantes resoluções aprovadas.

2. Apresentação da Pauta

O Secretário Capobianco apresentou a pauta da reunião, na qual constavam os seguintes assuntos:

- abertura;
- aprovação da ata da reunião anterior;
- informes;
- apresentação da Estratégia Federal do Voluntariado;
- formação de GT para elaborar Resolução de Implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo; e
- apresentação do balanço da implementação da PNMIF e um ano do COMIF.

3. Informes

O Secretário André Lima abordou uma sugestão de *Call to Action*, realizada por representantes do governo do Brasil em evento da FAO em Roma, acerca do tema dos incêndios florestais, para a COP 30. Explicou que foi levantada a ideia de um movimento



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

em torno da agenda de manejo integrado do fogo. Nesse contexto, um documento inicial circulou entre membros do *Global Fire Hub*.

Conforme complementou, há algumas semanas, houve um novo encontro entre representantes de diferentes países em Nova Iorque, na *Climate Week*, momento em que a ideia de uma declaração de apoio à agenda de incêndios florestais no contexto da Convenção de Clima avançou. Em consequência, foi agendado mais um movimento durante a pré-COP, um café da manhã a convite do MRE com o objetivo de reforçar a agenda do *Call to Action*.

Posteriormente, André Lima assinalou haver um evento já aprovado na Zona Verde da COP 30 sobre a agenda do manejo integrado do fogo e ações globais de prevenção a incêndios florestais.

Concluiu que se trata de uma articulação internacional em torno do *Global Fire Hub* para fortalecer a prevenção e o combate aos incêndios florestais e o manejo integrado do fogo no cenário global, inclusive visando também à catalisação de mais recursos e investimentos para a implementação dessa política.

Na sequência, André Lima informou sobre a retificação de um termo nas Resoluções COMIF nºs 2 e 3. Foi necessário substituir o termo “federal” pelo termo “nacional” no art. 40 da Resolução COMIF nº 2 e na ementa da Resolução COMIF nº 3, a fim de esclarecer a abrangência.

4. Verificação do quórum

Foi confirmado o quórum de abertura e deliberação da reunião.

5. Aprovação da ata da 4ª reunião ordinária do COMIF

A ata da 4ª reunião ordinária do COMIF foi aprovada por unanimidade.

6. Apresentação da Estratégia Federal do Voluntariado

Luciana Machado, Analista Ambiental do MMA, iniciou sua fala destacando que algumas iniciativas citadas pelo Secretário André Lima, como o *Fire Hub*, o *Call to Action* e a mobilização para apoio ao manejo integrado do fogo, dialogam com a Estratégia Federal do Voluntariado, assim como com outras políticas públicas do Ministério, do país e internacionais.

Conforme delineou, a Estratégia é uma iniciativa do MMA como resposta à demanda de suas vinculadas, Ibama e ICMBio, que atuam diretamente com voluntários há vários anos. Considerando a necessidade de definir responsabilidades para que essas atuações



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

fossem seguras para todos, a Estratégia estabeleceu direitos e deveres tanto para quem aciona o voluntário quanto para o voluntário que é acionado.

Essa iniciativa foi desenvolvida no âmbito de projeto de cooperação com a Alemanha, Parcerias para Inovação para Proteção da Floresta Tropical da Amazônia Brasileira, com a GIZ, e foi executada com o IPÊ, Instituto de Pesquisas Ecológicas.

Outro motivo de desenvolvimento da Estratégia foi o contexto de incêndios de grandes proporções vivenciado há alguns anos e que tem se intensificado mais recentemente, além do aumento da mobilização social em prol de uma ação colaborativa e cooperativa para conservação ambiental, com consequente aumento do número de voluntários e de brigadas voluntárias.

Ainda segundo a apresentação, um dos intuitos da Estratégia é estabelecer critérios mínimos para uma atuação eficiente e segura desses coletivos.

Destacou-se que a referida Estratégia está alinhada à Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo: já havia previsão do voluntariado, assim como da criação do cadastro nacional de brigadas voluntárias pelo MMA.

Foi mencionada também a existência de uma portaria do MMA de 2005 que criou o programa do voluntariado em unidades de conservação, o qual deu origem aos agentes temporários ambientais e posteriormente se expandiu para o programa do voluntariado do ICMBio. A ideia da Estratégia é ampliar o escopo do que estava previsto nesse programa anterior.

Conforme comunicado, os objetivos da Estratégia são, em síntese: fortalecer a participação da sociedade no manejo integrado do fogo; garantir a segurança, o bem-estar e a diversidade do voluntariado; reconhecer e valorizar a contribuição dos voluntários para a proteção das paisagens, territórios e culturas; promover o desenvolvimento de capacidades e qualificação dos voluntários; padronizar conceitos, diretrizes e protocolos; criar cadastro e banco de dados com informações sobre voluntários e brigadas voluntárias; estimular a troca de saberes e a colaboração entre diferentes setores.

A área de abrangência é nacional, uma vez que está prevista para ser implementada no Brasil inteiro, prioritariamente e inicialmente nas áreas federais, portanto haverá atuação nas unidades de conservação federais, em terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos federais.

Foi mencionada uma ressalva para as terras indígenas: a Funai prestou várias salvaguardas, e isso está estabelecido também no documento da Estratégia, para atuação desses coletivos e dessas brigadas em terras indígenas. A atuação no entorno das áreas federais também deverá ser priorizada de forma a ampliar a proteção dessas paisagens.

Quanto ao processo de construção da Estratégia, informou-se que foram dois anos de envolvimento, com realização de vários encontros, num processo realmente participativo. Foram realizadas diversas oficinas, seminários, um fórum, um encontro de boas práticas e capacitações.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Durante esse processo, houve a preocupação de se realizar um nivelamento de conceitos, pois o conceito de manejo integrado do fogo não é tão bem compreendido. Foram feitos alguns levantamentos iniciais, como diagnósticos situacionais de perfis, de áreas de atuação, tanto desses coletivos de voluntários, como de brigadas voluntárias e comunitárias.

Também houve apresentação em vários encontros nacionais e internacionais, e foi realizado um teste da Estratégia no campo, na região de Baixo Tapajós.

Em seguida, foram abordados os seguintes tópicos:

Quem são os voluntários? Pessoas que dedicam seu tempo, conhecimento, talento e habilidades para a conservação do território, com potencial para ampliar a capacidade operacional das instituições federais de resposta, principalmente do Ibama e do ICMBio, pois têm o desejo de contribuir para a conservação; o conhecimento do território onde se encontram; estão próximos, o que possibilita uma resposta rápida a um foco de incêndio florestal; podem desenvolver ações continuadas de sensibilização, educação ambiental e prevenção nos locais onde atuam. Atualmente, são mais de 50 mil voluntários cadastrados no Programa do ICMBio (a força de trabalho do MMA e vinculadas não chega a ¼ desse total).

Onde estão os voluntários? Foram identificadas 198 brigadas, distribuídas em todas as regiões do Brasil, e com áreas de atuação que envolvem, inclusive, territórios federais. Durante o levantamento, foram verificados mais de 5 mil brigadistas voluntários, número superior aos 4385 brigadistas federais previstos para serem contratados pelo Ibama e pelo ICMBio em 2025, havendo, portanto, potencial para dobrar a capacidade operacional do governo federal.

Qual o perfil dos voluntários? Foram identificados os seguintes perfis: logística, comunicação, educação ambiental, pesquisa, resgate de fauna, gestão e administração, geoprocessamento e monitoramento, saúde e primeiros socorros, restauração de áreas degradadas, brigadista florestal. Para todos os voluntários, além de formação específica para o desempenho das atividades, está prevista capacitação nos princípios básicos de manejo integrado do fogo.

Quais as áreas prioritárias? Foram definidas áreas prioritárias tanto para incentivo a novas iniciativas de voluntariado quanto para fortalecimento de iniciativas existentes. Os critérios de priorização foram: número de brigadas florestais voluntárias e comunitárias, presença de focos de calor, áreas protegidas, assentamentos rurais ou áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

Outros produtos elaborados: levantamento de iniciativas nacionais e internacionais; estudo financeiro (custo das brigadas e da implementação da Estratégia e fontes de financiamento); identidade visual da Estratégia; Projeto Político-Pedagógico (diretrizes pedagógicas e institucionais para as formações/perfis); plano de comunicação (visibilidade para a Estratégia e para voluntários e brigadas voluntárias e comunitárias); Plano de Ação 2025-2029; recomendações para Organizações da Sociedade Civil



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

(atividades complementares às ações federais); Guia para formação de brigadas voluntárias e comunitárias.

Teste da Estratégia: projeto-piloto realizado na região do Baixo Tapajós, por ser uma exigência também do projeto que apoiou a iniciativa, cujo foco territorial é a Amazônia Legal. A seleção da área levou em conta a existência de diferentes atores e territorialidades (unidades de conservação federais e estaduais, projetos de assentamento, terras indígenas, entre outros). Durante a implementação do teste da Estratégia, foram realizadas capacitações para os voluntários e comunitários em manejo integrado do fogo e Sistema de Comando de Incidentes. Também foi elaborada uma chave de acionamento para resposta aos incêndios florestais e disponibilizadas ferramentas e recursos para a elaboração do Plano Operativo do Território. Destacou-se que a construção da chave de acionamento já deu resultados positivos, com a pronta resposta aos incêndios florestais que aconteceram na região em 2024 e que foram rapidamente debelados. Esses resultados mostram que a Estratégia é uma iniciativa que precisa ser validada e publicizada o mais rapidamente possível e que, independentemente dessa apropriação, o processo já está acontecendo em outros territórios.

Linhas Temáticas: foram apresentadas as sete linhas temáticas da Estratégia, quais sejam: desenvolvimento e cooperação interinstitucional; fortalecimento de capacidades; engajamento e valorização dos voluntários; segurança, bem-estar e diversidade; gestão da informação; comunicação; e pesquisa, monitoramento e avaliação.

Por fim, foram propostos alguns encaminhamentos, com destaque para aqueles que são mais prementes: divulgação dos produtos elaborados no âmbito do processo de construção da Estratégia, padronização das capacitações e dos EPIs (entre Ibama, ICMBio e voluntários), definição do mínimo operacional para primeira resposta e garantia de seguro de vida para brigadistas voluntários. Também foi mencionada a necessidade de criação do banco de dados e cadastro dos voluntários, atividade atribuída ao MMA pela Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

7. Formação de grupo de trabalho para análise e elaboração de minuta de Resolução de implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo

Finalizada a apresentação, Capobianco agradeceu e abriu a palavra aos participantes para comentários e perguntas.

Rafael Gava, Presidente da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV), ressaltou que a Rede tem participado do processo de construção da Estratégia Federal desde 2022, e que, independentemente do encaminhamento que será dado ao documento e ao processo, as brigadas voluntárias vão continuar atuando. Assim, é preciso pensar e garantir a segurança dessas pessoas. Reforçou ainda que o contingente de voluntários é considerável e que atua principalmente na prevenção e pediu apoio do colegiado para validar essa política pública e colocá-la para funcionar.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Em seguida, Capobianco passou para o quinto ponto de pauta, sobre a formação de grupo de trabalho para análise e elaboração de minuta de Resolução de implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo. Sobre o tema, André Lima teceu alguns esclarecimentos sobre a razão de o tema ter voltado à pauta e sobre a proposta de criação de um grupo de trabalho, a ser presidido pelo MMA, com a participação de representantes do Ibama, do ICMBio, da Funai, da RNBV e de demais membros interessados.

A proposta foi então submetida à apreciação dos participantes, e foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, o grupo de trabalho foi formado com a participação, além do MMA, do Ibama, do ICMBio, da Funai e da RNBV, de representantes do CONAMA, da CNCGCBM, da Sociedade Civil, da Contag, da CNA, da Abema e da Anamma. Uma vez completada a cota, demais membros interessados também foram adicionados ao grupo de trabalho como convidados permanentes.

8. Apresentação do balanço da implementação da PNMIF e um ano do COMIF

A apresentação do balanço de implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e do Comitê Nacional foi realizada por Christian Berlinck, Coordenador-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo no MMA, que iniciou sua fala destacando a coesão e o compromisso dos representantes do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e o foco na necessidade de redução dos incêndios florestais.

Em seguida, apresentou alguns dados do processo de implementação da PNMIF, como a publicação do Decreto nº 12.173, de 10 de setembro de 2024, que instituiu o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Federal (Ciman Federal), e das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas. Também destacou as quatro Resoluções já publicadas e comentadas pelo Secretário André Lima, que tratam do Regimento Interno, dos planos de manejo integrado do fogo, das medidas preventivas em imóveis rurais e do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo). Comentou ainda sobre as quatro Recomendações do Comitê, que tratam, respectivamente, de conversão da Medida Provisória n. 1276/2024 em Lei; da destinação de emendas parlamentares ao Fundo Nacional de Meio Ambiente; da viabilização de financiamento aos proprietários rurais para realizar atividades de prevenção aos incêndios florestais; e da autorização por adesão e compromisso para queima controlada.

Sobre o tema das resoluções e recomendações, alguns participantes fizeram comentários, ressaltando a importância do processo e reforçando o fato de que a implementação da política já está acontecendo.

Durante a apresentação, também foi informado sobre a realização de reuniões da Sala de Situação Interministerial para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, na Casa Civil, e sobre a instalação da Câmara Técnica Permanente de Articulação Interfederativa.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Ademais, foi ressaltado o apoio do MMA e do governo federal às ações estaduais e municipais, por meio do apoio do Fundo Amazônia, do Projeto Manejo Integrado do Fogo, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e do Edital de Chamamento do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Também foi dado destaque à elaboração dos Planos de Ação Integrados para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais na Amazônia e no Pantanal.

Esses esforços, juntamente com uma situação climática mais amena e “desfavorável” à ocorrência de incêndios florestais em comparação aos anos anteriores, resultaram na redução da área queimada no Brasil entre janeiro e setembro, que em 2025 foi a menor desde que o monitoramento começou a ser realizado pela UFRJ. Sobre o tema, foram apresentados dados relativos à área queimada nas diferentes categorias fundiárias, sendo o maior percentual em áreas particulares (51,5%), seguido das terras indígenas (18,3%), das unidades de conservação estaduais e federais (8,6%), das florestas públicas federais e estaduais (6,7%) e dos assentamentos federais (6,5%). As categorias com menores áreas queimadas foram os Territórios Quilombolas (0,2%) e as áreas militares (0,5%). O restante da área queimada detectada ocorreu em outras áreas (7,7%).

Por fim, foi mencionada a transparência que vem sendo dada às ações do governo federal, por meio da divulgação de dados e boletins semanais na página do MMA.

Encerrada a apresentação, a palavra foi aberta para comentários dos participantes. Alguns parabenizaram o MMA pela condução desse processo e dessas ações, que já estão dando resultados.

Finalizados os comentários, a reunião foi encerrada pelo Secretário André Lima, que agradeceu e parabenizou a todos pela participação e pelas realizações neste primeiro ano do COMIF.

9. Encaminhamentos

Análise e elaboração de minuta de Resolução de implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo no âmbito de GT do COMIF.

Previsão para a próxima reunião ordinária: 02/12/2025